

A FALTA DE ÉTICA NO USO DE RECURSOS AMBIENTAIS E AS CONSEQUÊNCIAS NO CENÁRIO ATUAL

Silva, Alexandre Nunes¹

RU: 2744680

RESUMO

A importância filosófica e a ética são a base para a sustentabilidade ambiental que é baseada na concepção da natureza como um meio ambiente, e não na natureza vista como um mero objeto de sustento. A ética ambiental é uma disciplina da filosofia que estuda a relação moral do ser humano em relação ao meio ambiente. A ética surge para proteger vários bens dentro de uma cultura. O artigo objetivou mostrar como a falta de ética no uso de recursos ambientais pode ser prejudicial às questões relacionadas ao meio ambiente, para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em obra de autores que abordam o tema. Como resultados foi possível perceber que os seres humanos de hoje, deixaram a ética de lado, se desviaram e estão destruindo a natureza. Concluiu-se que problemas ambientais globais levam a consequências éticas muito sérias, sendo necessário que discussões a respeito da ética no meio ambiente se tornem mais frequentes em discussões públicas.

Palavras Chave: Filosofia. Ética. Meio ambiente. Educação.

1. INTRODUÇÃO

Antes de abordar a ética no uso de recursos ambientais, se faz importante uma abordagem a respeito do conceito de ética. Segundo Chauí (2000) a ética ou filosofia moral é um ramo da filosofia que se preocupa com o que é moralmente bom e mau e moralmente certo e errado. O termo também se aplica a qualquer sistema ou teoria de valores ou princípios morais.

Alencastro (2015) relata que o campo da ética ambiental diz respeito à relação ética do ser humano com o meio ambiente. Embora vários filósofos tenham escrito sobre esse tópico ao longo da história, a ética ambiental só se desenvolveu em uma disciplina filosófica específica na década de 1970. Esse surgimento foi, sem dúvida, devido ao aumento da consciência na década de 1960 dos efeitos que a

¹ Aluno do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Internacional UNINTER.

tecnologia, a indústria, a expansão econômica e o crescimento populacional estavam tendo sobre o meio ambiente.

O presente artigo busca responder a seguinte questão problema: De que forma a falta de ética no uso de recursos ambientais pode ser prejudicial às questões que envolvem o meio ambiente no cenário atual?

A escolha do tema se justifica diante da crescente preocupação com o meio ambiente e com o impacto que as ações de indivíduos e empresas têm sobre ele, o que deixa claro que o campo da ética ambiental veio para ficar. A ética ambiental como já citado, é um ramo da filosofia aplicada que estuda os fundamentos conceituais dos valores ambientais, bem como sua proteção e sustentação da biodiversidade através de atitudes, ações e políticas sociais.

O objetivo do trabalho é mostrar como a falta de ética no uso de recursos ambientais pode ser prejudicial às questões relacionadas ao meio ambiente. Em relação aos objetivos específicos, o trabalho busca abordar as alterações climáticas e as questões éticas levantadas por tais alterações; apresentar as questões éticas levantadas pelo aquecimento global; citar as razões pelas quais as nações têm a responsabilidade ética de agir; descrever os problemas éticos envolvidos na proteção da biodiversidade; apresentar os problemas ambientais globais emergentes e suas responsabilidades éticas; abordar a posição moral e a ética antropocêntrica.

2. Metodologia

Em relação à metodologia, este trabalho teve um viés de pesquisa qualitativo que é feito por meio de leituras e análises de diversos autores, tendo como destaque Brauner e Durante (2012), autores da obra: “Ética ambiental e bioética: proteção jurídica da biodiversidade”; Carvalho (2015) e o livro: “Para a defesa de uma ética ambiental antropocêntrica”; Tavares (2015) e sua obra: “Textos clássicos de Filosofia Antiga” entre outros.

Para a coleta de dados, foi realizada uma investigação bibliográfica, tendo como objetivo mostrar como a falta de ética na utilização de recursos ambientais pode prejudicar o meio ambiente. A pesquisa bibliográfica é baseada em publicações sobre o referido tema em artigos, livros, revistas, enfim, todos os

materiais capazes de auxiliar na pesquisa e agregar mais informações ao trabalho, com o objetivo de recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições já existentes sobre o assunto.

Vergara (2005, p.45) reforça explicando que “a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, e acessíveis ao público em geral”.

2. Alterações climáticas e as questões éticas levantadas por tais alterações.

Duarte (2003) explica que além da poluição, do esgotamento dos recursos naturais, a diminuição da biodiversidade vegetal e animal, a perda da natureza, a degradação dos ecossistemas e as mudanças climáticas sempre foram as preocupações ambientais no passado. O trabalho da ética ambiental é delinear as obrigações morais em face de tais preocupações. Em suma, a questão fundamental que a ética ambiental deve abordar envolve os deveres dos seres humanos com relação ao meio ambiente e as obrigações ambientais para o bem dos seres humanos que vivem no mundo hoje.

Tanto as forças naturais quanto às atividades humanas estão influenciando o clima global. O efeito estufa, que permite que a radiação solar de entrada atravesse a atmosfera terrestre, mas impede que grande parte da radiação infravermelha de saída escape para o espaço sideral, é um processo natural. Os gases de efeito estufa naturais incluem vapor d'água, dióxido de carbono, ozônio e outros gases residuais. Sem o efeito estufa, a vida na Terra não existiria.

As emissões de alguns gases do efeito estufa conforme explicam Brauner e Durante (2012) são resultados das atividades humanas e criam um efeito estufa intensificado. As atividades humanas alteraram a composição química da atmosfera e como resultado, o clima da Terra está mudando. Nos últimos duzentos anos, as emissões de carros, usinas de energia e outras invenções humanas levaram a um aumento de cerca de 30% na concentração natural de dióxido de carbono e a um aumento de mais de 100% na concentração atmosférica de metano. Globalmente, a temperatura média da Terra superou 0,55 ° C desde meados do século XIX, quando começaram as medições.

Em uma avaliação mais recente, o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas - IPCC (2013) concluiu que há fortes evidências de que a maior parte do aquecimento observado nos últimos 50 anos é atribuível às atividades humanas. Em outras palavras, os indivíduos já começaram a mudar o clima da Terra e já é tarde para evitar alguns danos ao sistema climático. A adição contínua de gases de efeito estufa à atmosfera alterará ainda mais o clima global nos próximos anos e causará o aumento das temperaturas, bem como mudanças nas chuvas e outros padrões climáticos o que gerará consequências significativas para a humanidade e o meio ambiente.

Para Brauner e Durante (2012) a mudança climática induzida pelo homem representa um estresse adicional importante para os muitos sistemas ecológicos e socioeconômicos já afetados pela poluição, aumentando a demanda de recursos e práticas de gestão não sustentáveis. A vulnerabilidade da saúde humana e dos sistemas socioeconômicos - e, em menor medida, dos sistemas ecológicos - depende das circunstâncias econômicas e da infraestrutura institucional. Isso implica que os sistemas normalmente são mais vulneráveis nos países em desenvolvimento, onde as circunstâncias econômicas e institucionais são menos favoráveis.

As nações mais pobres são mais vulneráveis a tempestades, inundações e aumento do nível do mar. Os países com maiores densidades populacionais serão mais vulneráveis. Tempestades e inundações podem ameaçar culturas inteiras. Para esses países, a elevação do nível do mar pode forçar uma migração interna ou internacional de populações. A saúde dos pobres em todo o mundo corre o maior risco com o aquecimento global (IPCC, 2013).

Espera-se que as mudanças climáticas causem perdas significativas de vidas nas nações mais pobres. Os efeitos diretos sobre a saúde incluem aumentos na mortalidade cardiorrespiratória e doenças devido a um aumento previsto em algumas regiões na intensidade e duração das ondas de calor. Segundo o referido Painel, citado acima, os efeitos indiretos das mudanças climáticas, que devem predominar, incluem aumentos potenciais na transmissão de doenças infecciosas transmitidas por vetores (por exemplo, malária, dengue, febre amarela e algumas encefalites virais) resultantes de extensões da área geográfica e estação do ano

para organismos vetoriais e também podem ocorrer como resultado de temperaturas elevadas e aumento das inundações. Além disso, o fornecimento limitado de água potável e alimentos nutritivos, bem como o agravamento da poluição do ar, também terá consequências para a saúde humana.

Muitas das pessoas mais pobres do mundo - particularmente aquelas que vivem em áreas subtropicais e tropicais e aquelas que dependem de sistemas agrícolas isolados em regiões áridas e semiáridas - correm o maior risco de aumento da fome. Os suprimentos globais de alimentos durante o próximo século podem se tornar cada vez mais inadequados para atender ao consumo projetado devido a fatores climáticos e não climáticos.

As nações mais pobres têm a menor capacidade financeira e institucional para se adaptar às mudanças climáticas e são as menos preparadas para gastar dinheiro em estratégias que possam permitir que se ajustem a climas mais quentes e secos, tempestades mais violentas, aumento do nível do mar, recursos agrícolas degradados e maiores encargos para as organizações de saúde humana. Muitos países não podem pagar a importação de alimentos, sistemas de irrigação, obras públicas em grande escala para evitar inundações ou estratégias dispendiosas de proteção da saúde.

2.1 Questões éticas levantadas pelo aquecimento global

Há uma série de questões éticas levantadas pelas mudanças climáticas induzidas pelo homem. Para resolver o problema da mudança climática, os governos eventualmente terão que concordar em que nível estabilizar os gases de efeito estufa na atmosfera.

Segundo Brauner e Durante (2012) as nações poderiam concordar em estabilizar os gases do efeito estufa em um nível que proteja a saúde humana, mas permita danos significativos às espécies ameaçadas e aos sistemas ecológicos. Portanto, a decisão sobre o nível final de estabilização levanta sérias questões éticas sobre quais são os deveres dos seres humanos para com outras formas de vida, bem como os deveres para com as gerações futuras e para com aqueles que vivem na pobreza, que mais sofrerão com as mudanças climáticas induzidas.

Segundo os autores acima, as nações têm a responsabilidade ética de agir e é possível listar uma série de razões para sua posição:

- Os impactos potenciais adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente das mudanças climáticas induzidas pelo homem são enormes;
- Os efeitos sobre as pessoas mais pobres do mundo são desproporcionais;
- O potencial real para surpresas climáticas muito adversas é muito maior do que o indicado pelas previsões frequentemente citadas que se baseiam em suposições de respostas lineares às mudanças climáticas;
- Muito da ciência do problema da mudança climática nunca foi contestada;
- Provavelmente, alguns danos de atividades humanas já estão ocorrendo;
- A probabilidade é grande de que danos sérios e irreversíveis ocorrerão antes que todas as incertezas possam ser eliminadas é grande.

O atraso também apresenta riscos. Quanto mais às nações esperarem para agir, mais difícil será estabilizar os gases de efeito estufa em níveis que não criem enormes danos.

Outra ameaça global é a perda mundial de biodiversidade, que conforme Brauner e Durante (2012) explicam trata-se de um termo que descreve a variedade da natureza. A biodiversidade é geralmente analisada em três níveis diferentes: diversidade genética, diversidade de espécies e diversidade de ecossistemas.

Embora a extinção de espécies tenha existido desde o surgimento da vida na Terra, a preocupação mundial com a rápida perda de biodiversidade tem aumentado constantemente. As taxas atuais de extinção são provavelmente muito maiores do que em qualquer época da história, exceto em períodos de destruição. As taxas de extinção de espécies aumentaram dramaticamente à medida que o número de humanos e o poder tecnológico aumentaram. As estimativas científicas mais otimistas sugerem que as taxas de esgotamento para todas as espécies atualmente variam de uma a três por dia. Algumas dessas perdas projetadas são para espécies como insetos polinizadores que podem desempenhar papéis importantes na manutenção dos ecossistemas (BRAUNER E DURANTE, 2012)

É possível dizer que em todo o mundo, as principais ameaças à biodiversidade são a introdução de espécies não nativas, a destruição do habitat e a caça ou outros atos de extermínio deliberado. A destruição do habitat é causada pelo desenvolvimento da terra, pela degradação causada pela poluição ou remoção e erosão vegetativa e pela fragmentação dos ecossistemas.

2.2 Os problemas éticos envolvidos na proteção da biodiversidade

Segundo Brauner e Durante (2012) os seres humanos tem o dever de proteger a biodiversidade. A perda da biodiversidade levanta a questão ética da responsabilidade humana e de proteger plantas e animais. Maneiras éticas utilitárias, deontológicas, biocêntricas, ecocêntricas e feministas de pensar sobre a perda da biodiversidade podem levar a diferentes conclusões sobre os deveres de preservar plantas, animais e ecossistemas. Alguns argumentam que o dever de proteger plantas e animais deriva de seu valor para o uso humano; aqueles que baseiam o valor de plantas e animais no uso humano frequentemente tentam quantificar esse valor na forma de alimentos, produtos farmacêuticos, fibras e substitutos do petróleo. Ainda outros argumentam que as plantas e os animais têm valor intrínseco e devem ser tratados como objetos sagrados em vez de materiais para consumo humano. Se a biodiversidade tem um valor que não pode ser quantificada nas transações de mercado, não deve ser tratada como uma mercadoria em uma análise de custo-benefício.

Para os autores acima, as maiores perdas de biodiversidade estão ocorrendo em áreas tropicais ricas em espécies e em outros lugares habitados por muitos dos povos mais pobres do mundo. Em muitos lugares, as pessoas pobres ameaçam a biodiversidade derrubando florestas para cultivar alimentos.

Como resultado, é possível dizer que se as nações mais ricas não ajudarem as nações mais pobres, uma grande parte da biodiversidade do mundo será perdida. Além disso, outras áreas ricas em espécies em países mais pobres são ameaçadas por atividades como a extração de madeira. A fim de aliviar a pobreza opressora, as nações mais pobres foram incentivadas pelas nações mais ricas a explorar os recursos naturais para exportação. Por esta razão, existe uma ligação causal

indireta entre o uso de recursos no mundo desenvolvido e sua exploração no mundo em desenvolvimento.

Embora as nações mais ricas tenham fornecido fundos limitados para proteger a biodiversidade nas nações mais pobres, as nações mais ricas frequentemente negam que tenham qualquer responsabilidade especial para proteger a biodiversidade. Muitos encontros internacionais sobre biodiversidade foram marcados por amargas divergências entre nações ricas e pobres e sobre quem deveria pagar por essa proteção.

2.3 Problemas ambientais globais emergentes e suas responsabilidades éticas

Há cada vez mais evidências de ameaças aos ecossistemas em todo o mundo e à saúde humana causadas pela poluição do ar de longo alcance. Há uma preocupação especial com uma classe de produtos químicos geralmente chamados de poluentes orgânicos persistentes (POPs). Os POPs estão recebendo atenção internacional porque são tóxicos para humanos e animais, não se degradam prontamente no meio ambiente, tendem a se bioacumular e frequentemente mudam de uma fase sólida para gasosa e, portanto, viajam longas distâncias no ar antes de serem redeseitados no ambiente (ESB - ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA, 2007).

Segundo a ESB (2007) há evidências científicas de que alguns POPs causam uma variedade de anormalidades genéticas, reprodutivas e comportamentais em animais selvagens e humanos, e podem estar associados ao aumento da incidência de câncer e déficits neurológicos em humanos. Ecossistemas marinhos em áreas costeiras em todo o mundo estão sendo seriamente ameaçados pela urbanização e pela poluição aquática que ela cria. As perdas recentes de recifes de coral em todo o mundo são de particular preocupação. Os humanos também estão colocando em risco o abastecimento de alimentos marinhos ao explorar os estoques de peixes.

O abastecimento de água doce do mundo está sob grande ameaça pelo uso excessivo, expansão das populações e poluição. Quase um bilhão de pessoas não tem água potável adequada, e a diminuição do suprimento de água potável ameaça especialmente as pessoas pobres que estão tentando cultivar em terras áridas e

cerca de 40 a 50% da terra na Terra foi irreversivelmente transformada ou degradada pela ação humana. As florestas naturais continuam desaparecendo a uma taxa de 14 milhões de hectares por ano.

Esses problemas ambientais, como os da mudança climática induzida pelo homem e da perda da biodiversidade, levantam a questão ética do dever humano de proteger os animais e plantas da destruição pelo comportamento humano e das responsabilidades do mundo desenvolvido para com o mundo em desenvolvimento. O uso de produtos químicos orgânicos em qualquer país pode causar danos em outros lugares. A degradação dos oceanos e da água doce está sendo causada em parte por uma mudança climática que é causada na maioria das vezes pelos países desenvolvidos. Para esses e vários outros problemas ambientais, existe uma relação causal direta entre a atividade no mundo desenvolvido e os danos no mundo em desenvolvimento (ESB. ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA, 2007).

Para outros problemas, a conexão causal é indireta. Por exemplo, alguns dos danos às áreas costeiras e ao abastecimento de água no mundo em desenvolvimento estão sendo causados pela fabricação e extração de recursos em nações mais pobres para atender aos altos níveis de consumo nas nações mais ricas. Além disso, os custos de mitigação de problemas tóxicos, oceânicos e de água doce são muito mais onerosos para os países em desenvolvimento.

O progresso na solução desses problemas depende da decisão de quem deve pagar pela proteção dos recursos ambientais globais e essa é uma questão de justiça distributiva. As disputas sobre justiça distributiva internacional tornaram-se os maiores obstáculos às negociações internacionais sobre questões ambientais globais; por exemplo, na revisão de cinco anos Eco-92, lutas amargas entre nações ricas e pobres bloquearam o progresso na mudança da agenda ambiental internacional. A fim de evitar graves danos ambientais globais, as pessoas preocupadas devem abordar questões a respeito do valor da natureza, e da melhor distribuição dos riscos e dos bens ambientais, entre os seres humanos, em seu espaço de convivência social (CUNHA e AUGUSTIN, 2014).

2.4 A posição moral e a ética antropocêntrica

A questão fundamental que envolve a ética ambiental na visão de Carvalho (2015) diz respeito às obrigações que os indivíduos devem ter em relação ao ambiente natural. Uma ética considerada "antropocêntrica", ou seja, baseada no centramento no ser humano. No entanto, dentro da ética ambiental, o antropocentrismo geralmente se refere a uma estrutura ética que concede "posição moral" apenas aos seres humanos.

Segundo Carvalho (2015) embora muitos filósofos ambientais queiram se distanciar do rótulo de antropocentrismo, ainda é verdade que uma série de éticas ambientais antropocêntricas coerentes foram elaboradas. Isso não deveria ser surpresa, uma vez que muitas das preocupações relacionadas ao meio ambiente parecem ser preocupações justamente por causa da maneira como afetam os seres humanos. Por exemplo, a poluição prejudica a saúde dos indivíduos, o esgotamento de recursos ameaça os padrões de vida, as mudanças climáticas colocam as casas em risco, a redução da biodiversidade resulta na perda de medicamentos em potencial e a erradicação da natureza selvagem significa que a população perde uma fonte de admiração e beleza. Desta forma, uma ética antropocêntrica afirma que os indivíduos devem respeitar o meio ambiente em prol do bem-estar e da prosperidade humana.

Apesar de seu centramento no ser humano, a ética ambiental antropocêntrica na visão de Carvalho (2015) desempenhou um papel na extensão da posição moral. No entanto, essa extensão não foi para o mundo natural, mas sim para seres humanos que ainda não existem.

A concessão de posição moral às gerações futuras foi considerada necessária devido ao fato de que muitos problemas ambientais, como mudanças climáticas e esgotamento de recursos, afetarão os humanos futuros muito mais do que afetam os atuais. Além disso, é evidente que as ações e políticas que os seres humanos contemporâneos, empreendem terão um grande impacto no bem-estar dos futuros indivíduos (CARVALHO, 2015).

Carvalho (2015) relata que diante desses fatos, alguns filósofos basearam sua ética ambiental nas obrigações para com essas gerações futuras. Brian Barry, um filósofo Inglês moral e político argumentou que, as gerações futuras não

deveriam ser impedidas de atender às suas necessidades básicas. Obrigando os indivíduos a considerar e revisar apropriadamente os níveis de poluição, esgotamento de recursos, mudança climática e crescimento populacional.

A maioria dos filósofos ambientalistas acha que essa ética antropocêntrica não vai longe o suficiente e deseja estender a posição moral para além da humanidade. No entanto, somente fazendo isso, é possível ir além dos interesses mesquinhos e egoístas dos humanos e tratar o meio ambiente e seus habitantes com o respeito que eles merecem.

Em relação aos animais, Tom Regan, filósofo e ativista estadunidense, que se especializou no estudo e defesa dos direitos animais a posição moral deve ser reconhecida em todos os “sujeitos de uma vida”: isto é, aqueles seres com crenças, desejos, percepção, memória, emoções, um senso de futuro e a capacidade de iniciar uma ação (OLIVEIRA, 2004).

Tom Regan usa o critério da consciência para construir uma teoria “baseada em direitos”. Para Regan, todas as entidades que são “sujeitos de uma vida” possuem “valor inerente”. Isso significa que tais entidades têm um valor próprio, independentemente de seu bem para outros seres ou de sua contribuição para alguma norma ética final (OLIVEIRA, 2004).

Com efeito, então, Regan propõe que há limites morais para o que se pode fazer a um sujeito de uma vida. Para Regan, estender a posição moral aos animais também leva à formulação de tipos específicos de obrigações ambientais. Essencialmente, essa ética afirma que quando as ações dos indivíduos impactam o meio ambiente, não se deve apenas avaliar como elas afetam os seres humanos (presente e/ou futuro), mas também como afetam os interesses e direitos dos animais. Segundo Oliveira (2004), mesmo se o desmatamento de uma área de floresta fosse comprovadamente benéfico para os humanos tanto no curto quanto no longo prazo, isso não seria o fim do assunto no que diz respeito à ética animal. O bem-estar dos animais que residem dentro e ao redor da floresta também deve ser considerado.

2.5 Ensaio de filosofia de ética de Sócrates e Hans Jonas

Ética, como já citado anteriormente, são normas pelas quais comportamentos aceitáveis e inaceitáveis são avaliados. Segundo Tavares (2015) as crenças do antigo filósofo grego Sócrates, desenvolve-se a ética por meio da maturidade, sabedoria e amor. Sócrates introduziu o conceito de ensino de ética e padrões aceitáveis de conduta em 400 AC e teve um impacto profundo e duradouro no curso da filosofia e da história ocidentais desde então. Ele acreditava que a virtude era encontrada principalmente nas relações humanas, no amor e na amizade e não por meio de ganhos materiais.

Tavares (2015) relata que Sócrates foi a primeira pessoa a dar um enfoque prático e político à filosofia e à ética. Antes de Sócrates, a filosofia se concentrava principalmente em questões de metafísica, religião e ciência. A tendência teórica e abstrata na filosofia persiste até hoje, mas Sócrates foi o primeiro filósofo a afirmar que o reino humano era o foco apropriado da investigação filosófica. Sócrates acreditava, ao contrário de muitos ao seu redor, que as questões mais pertinentes com as quais a filosofia tinha de lidar diziam respeito a como as pessoas deveriam viver suas vidas, que tipos de ações eram justas e como as pessoas deveriam viver juntas em comunidades e estados.

Sócrates essencialmente inventou um novo modo de investigação para definir o comportamento virtuoso e ético. Na visão de Tavares (2015) ele acreditava que a melhor maneira de encontrar conhecimento, e um dos componentes importantes de ser um cidadão bom e ético, era ter conversas significativas com as pessoas sobre os princípios básicos. Ele é conhecido por longas conversas com cidadãos comuns sobre idéias como justiça e virtude, um método conhecido como dialética onde pela primeira vez a investigação filosófica foi realizada por meio de conversação, em vez de contemplação solitária. Por meio de suas interações com seus concidadãos e com a cidade de Atenas, e sua influência sobre seus alunos, (mais notavelmente Aristóteles e Platão), o legado de seu pensamento formou a base para grande parte da filosofia moderna, ciência, ética, teoria social e outros campos.

Para a autora acima, Sócrates equiparou o conhecimento à virtude, o que em última análise leva à conduta ética. Ele acreditava que a única vida que valia a pena

ser vivida era rigorosamente examinada. Ele buscou princípios e ações pelos quais valesse a pena viver, criando uma base ética sobre a qual as decisões deveriam ser tomadas. Sócrates acreditava firmemente que o conhecimento e a compreensão da virtude, eram suficientes para que alguém fosse feliz. Para ele, o conhecimento do bem era semelhante a um estado de iluminação. Ele acreditava que nenhuma pessoa poderia voluntariamente escolher fazer algo prejudicial ou negativo se tivesse plena consciência do valor da vida.

Através dos ensinamentos de Sócrates as decisões devem ser tomadas com base no que é certo ou errado, bom ou ruim, padrões que é possível alcançar por meio de discussão e orientação moral.

Ciência e filosofia embora sejam disciplinas separadas, elas coexistem entre si. Camargo (2018) explica que Hans Jonas, um pensador proeminente, não só conseguiu preencher a lacuna da ciência e da filosofia, mas também levou a ciência e especialmente a Biologia, para o reino da filosofia. Ele também é conhecido por sua ética de responsabilidade. Como, um dos pensadores mais proeminentes do século 20, ele escreveu sobre diversos tópicos, como a filosofia da biologia, ética, filosofia social, cosmologia e teologia judaica com o objetivo de compreender a moralidade como a raiz da responsabilidade moral de salvaguardar futuro da humanidade.

Segundo Camargo (2018) Hans Jonas foi um conhecido pensador judeu, um antigo e influente eticista biomédico e um filósofo da tecnologia igualmente antigo e influente. Jonas é mais conhecido por sua ética neokantiana de cautela responsável em face do incrível poder da tecnologia moderna, especialmente o poder da biotecnologia moderna, incluindo a engenharia genética. Para ele o homem é o único ser conhecido que pode assumir responsabilidades.

Essa capacidade de assumir responsabilidades já significa que o ser humano está sujeito ao seu imperativo: a própria capacidade traz consigo uma obrigação moral. Mas a capacidade de assumir responsabilidades, uma capacidade ética, reside na capacidade ontológica do homem de escolher consciente e voluntariamente entre as ações alternativas. Jonas argumenta que devemos aprender a pensar no planeta que sustenta nosso ser e a natureza divina que a

evolução realizou em nossa espécie como coisas vulneráveis que devem impedir nossas mãos e restringir nossas escolhas.

Na visão de Jonas (2004), é preciso consultar os medos e não as esperanças a partir do momento que as pessoas passam a compreender os empreendimentos tecnológicos que podem ter um impacto potencialmente devastador sobre o que significa ser humano (e, portanto, ético). Jonas insiste que a sobrevivência humana depende de nossos esforços para cuidar de nosso planeta e seu futuro.

A filosofia de Jonas conforme explica Camargo (2018) é mais do que desafiadora nesta era tecnológica. Sua divisão de seres vivos e não vivos é um novo pensamento que vai além da divisão antropocêntrica do homem e do resto da natureza. Este novo aspecto traz o terreno das plantas e animais para a vida humana. Apenas os seres não vivos não têm nascimento nem morte. Esse pensamento abre caminho para novos imperativos éticos, respeito pela vida e profundas preocupações ecológicas.

Alencastro (2015) relata que sua aplicação da filosofia à ciência, especialmente à biologia, é relevante. Ele tenta interpretar a natureza em um sentido holístico que sustenta o significado da vida, o uso adequado da tecnologia etc. Ele reconhece que a existência humana não pode ser apreendida sem reconhecer tipos radicalmente diferentes de relação.

Por fim, é possível dizer que a filosofia de Hans Jonas coloca os humanos como cidadãos responsáveis para proteger a natureza e os arredores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a crescente preocupação com o meio ambiente e o impacto das ações que os seres humanos têm sobre ele, fica claro que o campo da ética ambiental veio para ficar. Diante disso, se faz necessário, que os eticistas proponham meios alternativos e melhores de resolver os problemas que precisam ser enfrentados, assumindo a liderança na resolução desses problemas.

Afinal, o meio ambiente não é algo do qual os indivíduos possam se afastar, e por isso, uma vez que é reconhecido que existem obrigações ambientais, todas as

áreas da ética são afetadas, incluindo a justiça distributiva global, teoria dos direitos humanos e muitas outras.

A maioria dos sistemas éticos e a sensibilidade ética intuitiva estão focados em responsabilidades para com as pessoas que estão por perto e podem ser afetadas diretamente por ações. O poder técnico que os humanos possuem para afetar adversamente pessoas que eles nunca encontrarão é um desafio para esses sistemas éticos. Ainda assim, os problemas ambientais globais levantam consequências éticas muito sérias, como por exemplo, uma mudança climática global pode afetar os mais pobres do planeta, reduzir seriamente a qualidade de vida das gerações futuras e ameaçar plantas e animais em todo o mundo. Isso não parece certo, tampouco justo, especialmente se aqueles que são mais prejudicados são os menos responsáveis pelo problema.

Neste estudo foi possível perceber que os problemas ambientais emergentes, como as mudanças climáticas e a redução da biodiversidade, dentre outros que costumam se limitar a questões científicas e econômicas, envolvem na verdade aspectos éticos e precisam se tornar muito mais centrais nas discussões públicas. As soluções para os problemas ambientais mais urgentes exigirão, no entanto, uma ação conjunta envolvendo quase todas as nações da Terra, porém para que essa ação combinada se concretize, se faz necessário que tais nações acreditem que estão sendo tratadas de forma justa e ética.

Por fim, vale lembrar que sempre que a natureza impede o que os seres humanos desejam, ela é deixada de lado. Tal comportamento, que não está em harmonia com a natureza e não pode ser considerado parte da cultura humana, ao longo dos anos, recebeu muito de gerações e civilizações anteriores, mas infelizmente a sociedade humana continua agindo irresponsavelmente e negligenciando sua herança.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética e meio ambiente, construindo as bases para um futuro sustentável**. Ed. Intersaberes. Curitiba, 2015.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; DURANTE Vincenzo. **Ética ambiental e bioética: proteção jurídica da biodiversidade**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012.

CAMARGO, Leonardo Nunes. **Ética Global, perspectivas e desafios**. Ed. Intersaberes, Curitiba, 2018.

CARVALHO, Magda Costa. Para a defesa de uma ética ambiental antropocentrada. **Rev. Ethica**. Florianópolis, v.14, n.1, p.147-163, Jul. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000

CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais** Caxias do Sul. Educus, 2014.

DUARTE, M. **O problema do risco ambiental no meio ambiente do século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.244-257

ESB. Escola Superior de Biotecnologia – Universidade Católica Portuguesa. Poluentes Orgânicos Persistentes. 2007. Disponível em: <http://www.esb.ucp.pt/gea/myfiles/pops>. Acesso em 12. nov.2020

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. 2013. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/uploads/2018/03/ar5wg1spmport.pdf>. Acesso em: 12.nov.2020

JONAS, Hans. **O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, G. D. de, A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Regan. **Rev. Ethica**, Florianópolis, v.3, n.3, p. 283-299, Dez 2004

TAVARES, Renata Noyama Samon. **Textos clássicos de Filosofia Antiga**. Ed. Intersaberes, Curitiba, 2015